



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

CÂMPUS SALTO

Pós-Graduação *Lato Sensu*:

“Temas transversais”

Modalidade: Presencial

Salto

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO
Eduardo Antonio Modena

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Paulo Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Whisner Fraga Mamede

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
Elaine Inácio Bueno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Wilson de Andrade Matos

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS SALTO
Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza

**COORDENAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMAS
TRANSVERSAIS**

Profa. Dra. Joana de São Pedro

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO
CURSO**

Profa. Dra. Almerinda Antônia Barbosa Fadini
Técnico Esp. André Santos Luigi
Profa. Dra. Bruna Lammoglia
Profa. Dra. Jacqueline Jorente
Profa. Dra. Karina Aparecida Freitas Dias de Souza
Prof. Dr. Leonardo Borges da Cruz
Prof. Me. Luiz Antonio Ferrari
Prof. Dr. Marcos Alexandre Capellari
Prof. Me. Nilson Roberto Inocente Junior
Prof. Esp. Reinaldo do Valle Junior
Prof. Dr. Ricardo Zani

ÍNDICE

1. DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	6
MISSÃO	6
CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS	6
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS	7
1.3. HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	7
1.3.1. A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO	10
1.3.2. O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	11
1.3.3. A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO 11	
1.3.4. A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO.....	13
1.3.5. O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO	14
1.3.6. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO15	
1.4. HISTÓRICO DO CÂMPUS SALTO	18
1.4.1. SITUAÇÃO DA REGIÃO DE SALTO	19
2. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO.....	22
2.1. BAIXA OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	26
2.2. RESUMO DO PROJETO.....	26
3. OBJETIVOS.....	27
3.1. OBJETIVOS GERAIS.....	27
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
4. DADOS GERAIS DO PROJETO	28
5. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	29
5.1. DENOMINAÇÃO	29
5.2. UNIDADE RESPONSÁVEL	29
5.3. ÁREAS DE CONHECIMENTO PREDOMINANTES.....	29
5.4. CORPO DOCENTE.....	29
5.5. IMPLANTAÇÃO	31
5.6. CARGA HORÁRIA DO CURSO	31
6. CARACTERIZAÇÕES DO CURSO	31
6.1. PERÍODO DE INÍCIO DE OFERECIMENTO.....	31

6.2.	CARGA HORÁRIA.....	31
6.3.	LOCAL DE REALIZAÇÃO	31
6.4.	NÚMERO DE TURMAS	31
6.5.	NÚMERO DE VAGAS.....	31
6.6.	MODALIDADE	32
6.7.	PÚBLICO ALVO	32
6.8.	PERFIL DO EGRESSO	32
6.9.	SISTEMA DE OFERECIMENTO	32
6.10.	TIPOS DE FINANCIAMENTO	33
7.	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	33
7.1.	INGRESSO E MATRÍCULA – PROCESSO SELETIVO	33
7.2.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E CONTROLE DE FREQUÊNCIA	34
8.	COORDENAÇÃO DO CURSO.....	35
9.	COLEGIADO DE CURSO	36
10.	DISCIPLINAS E CORPO DOCENTE RESPONSÁVEL	37
10.1.	ESTRUTURA CURRICULAR:.....	38
10.1.1.	PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS.....	41
11.	TRABALHO FINAL DE CURSO	60
12.	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	61
13.	AVALIAÇÃO DO CURSO	61
14.	CERTIFICAÇÃO	61
15.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	61
15.1.	INFRAESTRUTURA FÍSICA	61
15.2.	ACESSIBILIDADE.....	62
15.3.	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA.....	63
15.4.	BIBLIOTECA	63
15.4.1.	SERVIÇOS PRESTADOS	65
16.	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO	66
	REFERÊNCIAS	67
	ANEXO I.....	72
	72

1. Dados Gerais da Instituição

Missão

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

Características Educacionais

A Educação Científica e Tecnológica no âmbito do IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Esse tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano. Assim, a educação não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação nas ciências, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

1.1. Identificação da Instituição

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10882594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do
Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/SP

CEP: 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7563 (Reitoria)

FACÍMILE: (11) 2763-7650

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: prp@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 153026

GESTÃO: 15220

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.2. Identificação do Câmpus

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP
Câmpus Salto

CNPJ: 10.882.594/0012-18

End.: Rua Rio Branco, 1780, Vila Teixeira

Cidade: Salto **UF:** São Paulo **CEP:** 13.320-271

Telefone: (11) 4602-9191 **Fax:** (11) 4602-9181

Página institucional na internet: <http://slt.ifsp.edu.br/portal/>

Endereço eletrônico: salto@ifsp.edu.br

Dados SIAFI: 153026

Gestão: 26439

Autorização de funcionamento: Portaria n. 1713, de 20 de dezembro de 2006.

1.3. Histórico Institucional

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós 1930.

Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades

de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis. Na medida em que a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade. Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino “pseudo-profissionalizante” e demasiado tecnicismo pedagógico.

Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior eram reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira ao mesmo tempo em que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau.

Mais uma vez, portanto, colocava-se o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É

importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política.

O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado. Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constituiu o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento: a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico em que a industrialização ainda não havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário.

Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguiu seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade.

Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agro técnicas) assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IF foi construído historicamente, partindo da Escola de

Aprendizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

1.3.1. A Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizes e Artífices, então localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910¹, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975². Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também, na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais.

Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

¹A data de 24 de fevereiro é a constante na obra de FONSECA (1986).

²A respeito da localização da escola, foram encontrados indícios nos prontuários funcionais de dois de seus ex-diretores, de que teria, também, ocupado instalações da atual Avenida Brigadeiro Luis Antonio, na cidade de São Paulo.

1.3.2. O Liceu Industrial de São Paulo ³

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937).

A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

1.3.3. A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004).

Esta norma legal foi, juntamente com as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria “unidade de organização em todo território nacional”. Até então, “a União se limitara, apenas a regulamentar as escolas federais”, enquanto as demais, “estaduais, municipais ou particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional” (FONSECA, 1986). No momento que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma

³Apesar da Lei nº 378 determinar que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam transformadas em Liceus, na documentação encontrada no CEFET-SP, o nome encontrado foi o de Liceu Industrial, conforme verificamos no Anexo II.

nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica.

A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestría e, também, dos cursos técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica. Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos, sendo eles das esferas industriais e de mestría, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituiu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionada à construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.

Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores. Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas.

Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola Industrial à Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi

baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica⁴. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola.

Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552, foi definida pelo Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

1.3.4. A Escola Técnica Federal de São Paulo

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

⁴ Segundo Meirelles (1994, p. 62 – 63), *apud* Barros Neto (2004), “Entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou”.

Ainda, com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula.

Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

No ano de 1986, pela primeira vez, após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e alunos participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antonio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas - UNEDs da escola, com a criação, em 1987, da primeira do país, no município de Cubatão. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996, na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

1.3.5. O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), oficializou-se a mudança de denominação para CEFET- SP.

Igualmente, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 e 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente, desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi impulsionada para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e construção de novos mecanismos de atuação.

1.3.6. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, sendo patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico.

Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo.

Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz

respeito ao direito a educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Considerando-se, portanto, essa grande necessidade pela formação profissional de qualidade por parte dos alunos oriundos do ensino médio, especialmente nas classes populares, aliada à proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além da correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

A oferta de cursos está sempre em sintonia com os arranjos produtivos, culturais e educacionais, de âmbito local e regional. O dimensionamento dos cursos privilegia, assim, a oferta daqueles técnicos e de graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP atua na formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como na pós-graduação e pesquisa tecnológica. Avança no enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo, e no desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada câmpus, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Este tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Relação dos Câmpus do IFSP

Câmpus	Autorização de Funcionamento	Início das Atividades
São Paulo	Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909	24/02/1910

Cubatão	Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987	01/04/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996	01/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006	13/02/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006	02/01/2007
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006	12/02/2007
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006	30/07/2007
Salto	Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006	02/08/2007
São Carlos	Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007	01/08/2008
São Roque	Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008	11/08/2008
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Araraquara	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Suzano	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Barretos	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Boituva	Resolução nº 28, de 23/12/2009 Portaria Ministerial nº 330, de 23/04/2013	2º semestre de 2010
Capivari	Resolução nº 30, de 23/12/2009) Portaria Ministerial nº 330, de 23/04/2013	2º semestre de 2010
Matão	Resolução nº 29, de 23/12/2009) Portaria Ministerial nº 330, de 23/04/2013	2º semestre de 2010
Avaré	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Hortolândia	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Registro	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Votuporanga	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Presidente Epitácio	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
São José dos Campos	Portaria Ministerial n.º 330, de 23/04/2013	2.º semestre de 2012

Campinas	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2013
Jacareí	Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015	2º Semestre de 2014
Sorocaba	Em implantação	22/04/1414
Ilha Solteira	Câmpus avançado / em implantação	2º semestre de 2015
Itaquaquecetuba	Em implantação	2º semestre de 2013
Jundiaí	Câmpus avançado	1º semestre de 2014
Pirituba	Em implantação	2º semestre de 2016
São Miguel Paulista	Em implantação	-----
Tupã	Câmpus Avançado	1º semestre de 2015

Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Atualmente, o IFSP conta com 36 câmpus, sendo que o primeiro câmpus a surgir foi o de São Paulo, cujo histórico já foi relatado neste panorama.

1.4. Histórico do Câmpus Salto

O Câmpus Salto está localizado à Rua Rio Branco, 1780, Vila Teixeira, em frente à rodoviária da cidade, constituindo-se na primeira escola técnica pública inaugurada no município. A cidade está localizada a 104 km da capital do estado, na região sudoeste do Estado de São Paulo, pertencendo à região administrativa de Sorocaba.

O Câmpus Salto teve seu funcionamento autorizado pela Portaria n.º 1713 do Ministro da Educação, publicada no DOU de 20/10/2006. Iniciou seu funcionamento em agosto de 2007, dentro dos pressupostos do Plano de Expansão I da Educação Tecnológica, proposto pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O prédio do Câmpus Salto foi inicialmente destinado a uma unidade de Educação Profissional pertencente ao Segmento Comunitário do PROEP, sendo os recursos financeiros recebidos pela FUNSEC (Fundação Saltense de Educação e Cultura). Em meados de 2006, o IFSP recebeu o prédio inacabado e concluiu as obras em agosto de 2007, iniciando suas atividades em 2 de agosto daquele ano.

O primeiro curso oferecido foi o de Técnico em Informática com Habilitação em Programação e Desenvolvimento de Sistemas, cujo nome foi alterado para Curso Técnico em Informática.

Em 19 de outubro de 2007, o Câmpus Salto foi inaugurado oficialmente. Em 2008, entrou em funcionamento o Curso Técnico em Automação Industrial (Processos Industriais) e Curso Técnico em Informática (Programação e Desenvolvimento de Sistemas). No início de 2009, o Câmpus Salto passou a oferecer também os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Gestão da Produção Industrial. E, desde o início de 2011, oferece o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em duas modalidades, Informática e Automação.

Ainda em 2009, começou a funcionar o Núcleo Avançado de Boituva, vinculado ao Câmpus Salto. Em 2010, os Câmpus de Boituva e Capivari foram incluídos oficialmente ao IFSP como Núcleos Avançados do Câmpus Salto. Ambos os câmpus se desvincularam do Câmpus Salto em 2014.

1.4.1. Situação da região de Salto

A cidade de Salto⁵ possui as seguintes características geográficas:



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=354520>

DADOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO	
População estimada 2016	115.193
População 2010	105.516
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	133,057
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	792,13

Tabela 1

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354520&search=sao-paulo|salto>

⁵Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354520&search=||infor%El%Ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 05 nov 2015.

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) DO MUNICÍPIO DE SALTO	
IDHM 2010	0,780
IDHM 2000	0,693
IDHM 1991	0,526

Tabela 2

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

NÚMERO DE EMPREGADOS POR SETORES DE ATIVIDADE DO MUNICÍPIO DE SALTO		
SETORES DE ATIVIDADES	NÚMERO DE EMPRESAS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
INDÚSTRIA	646	9.985
COMÉRCIO	1.924	5.741
SERVIÇOS	2.413	8.222

Tabela 3

Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php (2017)

A meio caminho entre Campinas e Sorocaba, dista 104 km de São Paulo. O PIB per capita do Município de Salto é de R\$ 50.344,87. A título de comparação, abaixo podem ser vistos os PIBs de cidades vizinhas:

SP	Campinas	R\$ 49.950,16
SP	São Paulo	R\$ 52.796,78
SP	Sorocaba	R\$ 51.260,39
SP	Indaiatuba	R\$ 51.260,39
SP	Itu	R\$ 45.625,04
SP	Elias Fausto	R\$ 30.150,07
SP	Jundiaí	R\$ 91.312,64
SP	Cabreúva	R\$ 62.750,88
SP	Itupeva	R\$ 67.378,85

Tabela 4

[fonte: IBGE 2014]⁶

Em relação à Educação na cidade de Salto, temos as seguintes características:

2015 DADOS EDUCACIONAIS	
Docentes - Ensino fundamental	749
Docentes - Ensino fundamental - escola privada	136
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual	386
Docentes - Ensino fundamental - escola pública federal	0

⁶ Disponível em <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso 02 abr 2017

Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal	227
Docentes - Ensino médio	383
Docentes - Ensino médio - escola privada	57
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual	291
Docentes - Ensino médio - escola pública federal	35
Docentes - Ensino médio - escola pública municipal	0
Docentes - Ensino pré-escolar	192
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada	35
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	0
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública federal	0
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	157
Escolas - Ensino fundamental	33
Escolas - Ensino fundamental - escola privada	6
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual	17
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal	0
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal	10
Escolas - Ensino médio	16
Escolas - Ensino médio - escola privada	4
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual	11
Escolas - Ensino médio - escola pública federal	1
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal	0
Escolas - Ensino pré-escolar	24
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada	12
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	12
Matrícula - Ensino fundamental	13.388
Matrícula - Ensino fundamental - escola privada	1.895
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual	7.450
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública federal	0
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal	4.043
Matrícula - Ensino médio	5.302
Matrícula - Ensino médio - escola privada	470
Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual	4.530
Matrícula - Ensino médio - escola pública federal	302
Matrícula - Ensino médio - escola pública municipal	0
Matrícula - Ensino pré-escolar	2.813
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola privada	394
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública federal	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	2.419

Tabela 5

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável

No que diz respeito às escolas públicas e particulares, Salto apresenta as seguintes instituições⁷:

⁷ Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/index_escolas.asp. Acesso 16 mar 2017.

- 1 Escola Pública Federal (IFSP-Salto), ofertando 2 cursos Técnicos Concomitantes e Subsequentes, 2 cursos de Ensino Técnico Integrado ao Médio e 2 cursos de Tecnologia.
- 18 Escolas Públicas Estaduais, ofertando Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.
- 14 CEMUS, Centros Municipais de Educação, ofertando Educação Infantil I (creche), Educação Infantil II e III, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.
- 1 CEMIP/SENAI, Centro Municipal de Iniciação Profissional, parceria entre a Prefeitura Municipal, SENAI e Associação das Indústrias de Salto.
- 20 Escolas Particulares, abrangendo Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Técnico, incluindo a Escola SESI.
- 1 Centro Universitário particular, CEUNSP, que oferece cursos de graduação e de pós-graduação.

2. Justificativa e demanda de mercado

O IFSP-Salto atua nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico, contribuindo com o aprimoramento da formação escolar da comunidade. No entanto, pesquisas junto à Secretaria de Educação de Salto revelaram a necessidade de abrir uma nova frente, com o objetivo de aprimorar a formação dos profissionais de educação. O curso de Pós-graduação *lato sensu* proposto, em “**Temas Transversais**”, pretende preencher essa lacuna.

A demanda existente não corresponde apenas aos profissionais de educação lotados na Secretaria de Educação de Salto, que por si só justificaria a oferta do curso, distribuídos nos 14 CEMUS já elencados. Somam-se a eles os profissionais de educação lotados nas 18 escolas estaduais do município. Há ainda outra demanda potencial, relativa aos profissionais de educação lotados em escolas de municípios vizinhos. A Diretoria de Ensino de Itu, à qual as escolas de Salto se integram, é composta por 396 escolas, entre estaduais, municipais e particulares, distribuídas em nove municípios vizinhos, a saber: Boituva, Cabreúva, Cerquilha, Iperó, Itu, Jumirim, Porto Feliz, Salto e Tietê⁸.

⁸ Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/index_escolas.asp. Acesso 16 mar 2017.

Infere-se que é justificada a oferta do curso de pós-graduação em “**Temas Transversais**”, o qual pretende atender a essa demanda social, considerando os seguintes aspectos:

- Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nos quais estão contemplados os Temas Transversais, são referência de qualidade para os ensinos fundamental e médio do país;
- Os Temas Transversais estão presentes nos currículos das escolas públicas do Estado de São Paulo;
- Existe, portanto, demanda por capacitação sobre a temática em nível de pós-graduação no município de Salto, assim como nos municípios vizinhos;
- O IFSP-Salto conta com um quadro docente com formação e disponibilidade em sua carga horária para oferecer as aulas que integram o presente Projeto;
- Os professores envolvidos no curso possuem formação e ampla experiência profissional, tendo aplicado a metodologia relacionada aos Temas Transversais em várias modalidades de ensino, seja no IFSP ou em outras instituições;
- O câmpus conta com infraestrutura condizente, dispendo de biblioteca, rede de computadores com acesso à internet, salas de aula equipadas com computadores e *data-show* e auditório.

É consenso entre os estudiosos que o desenvolvimento econômico e social do país passa, necessariamente, pela educação formal. É igualmente pressuposto que, para esse fim, a escola deve ser capaz de garantir a igualdade de oportunidades, isto é, deve ser democrática, criativa, inclusiva, pluralista, assegurando a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Tanto a LDBEN 9394/96 como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) salientam que o objetivo primordial da educação é o desenvolvimento da cidadania:

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e

*responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.*⁹

Consideramos ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são um direcionamento importante para os ensinos fundamental e médio do país, já que, como observamos anteriormente, estão presentes como base dos currículos das escolas públicas do estado de São Paulo. Ressaltamos, nesse sentido, que os PCNs trouxeram a possibilidade de uma abordagem de ensino e aprendizagem pautada nos Temas Transversais. Portanto, ainda que os conteúdos tradicionais (Matemática, Filosofia, Sociologia, Artes, Geografia, História, Química, Física, Biologia, Línguas, etc.) permaneçam como referenciais do sistema educacional, devem ser perpassados, transversalmente, pelos temas relacionados ao cotidiano, isto é, ao universo das práticas sociais: **ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo.**

Tais temas foram estabelecidos a partir dos seguintes critérios: urgência social; abrangência nacional; favorecer a compreensão da realidade e a participação social. Eles objetivam levantar questões cuja reflexão seja compartilhada pelas diversas disciplinas da matriz curricular obrigatória, levando os alunos a relacionarem os saberes e a aplicá-los na solução de questões reais.

De acordo com os PCNs, as problemáticas inerentes aos Temas Transversais apresentam-se nos fundamentos, nos objetivos gerais, nos objetivos do ciclo, nos conteúdos e nos critérios de avaliação das áreas. Portanto, itens do currículo são escolhidos a partir dos Temas Transversais, que passam a integrar as áreas.¹⁰

No entanto, dificuldades têm sido relatadas por profissionais da área de educação na aplicação das propostas constantes dos PCNs. Um bom exemplo refere-se ao tema “sexualidade”. Segundo Groppa Aquino (1997), pais, professores, demais profissionais da educação e alunos costumam estranhar a associação entre estudo da sexualidade e ambiente escolar.¹¹ Outros autores, como Castro, Abramovay e Silva (2004) chamam a atenção para a complexidade do tratamento do tema na escola. A escola, muitas vezes comportando-se como “instrumento de disciplinamento e censura”, pode trabalhar de

⁹ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. P. 17

¹⁰ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

¹¹ GROPPA AQUINO, Júlio. Apresentação. In: _____. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p.7-21.

forma inadequada com o tema.¹² Enfim, como afirma Furlani (2003),¹³ os próprios cursos de formação de professores não costumam abordar amplamente esse tema. O resultado desse leque de condicionantes é que profissionais da educação e especificamente professores que trabalham com educação sexual registram dificuldades no tratamento do tema.

Às dificuldades relacionadas ao tema “sexualidade” somam-se outras dificuldades que se relacionam aos demais temas propostos pelos PCNs, cujos tratamentos devem ser transversais. Segundo os PCNs, cada um dos temas deve “ser incorporado nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola” uma vez que “sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-los; ao contrário, a problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento”.¹⁴

Ora, a formação de professores e de profissionais da educação em geral pauta-se na especialização dos saberes, ao passo que a abordagem prescrita pelos PCNs exige transversalidade, contradição que pode comprometer os fundamentos de uma escola democrática, criativa, inclusiva e pluralista.

A iniciativa do IFSP Câmpus Salto, como contribuição aos esforços de superar a contradição enunciada, expressa-se na apresentação deste Projeto, o qual é voltado, sobretudo, para a formação, em nível de pós-graduação *lato sensu*, de profissionais da educação em geral e de professores.

Em linhas gerais, o propósito do curso “**Temas Transversais**” é proporcionar aos profissionais da educação e aos professores, já em atuação ou que irão atuar futuramente, subsídios teóricos e metodológicos que enriqueçam sua prática pedagógica na aplicação dos temas transversais. A ênfase poderia recair apenas sobre os docentes – como, inclusive tem sido o mais comum. Entretanto, a verificação do quadro geral e local de educação permite afirmar a necessidade de abranger a proposta do curso a todos(as) os(as) profissionais da educação. Entende-se que o trabalho pedagógico transcende os limites da relação docente-discente contando com a participação efetiva de especialistas não docentes tais como psicólogos(as), assistentes sociais, gestores (nem sempre docentes) e tantas outras ocupações que compõem o quadro de formadores escolares. Entende-se que

¹² CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO. Brasil, 2004.

¹³ FURLANI, Jimena. *Mitos e Tabus da Sexualidade Humana*: subsídios ao trabalho em educação sexual. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

¹⁴ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 26.

tais profissionais não são acessórios, merecendo tratamento central tanto quanto docentes. Esboça-se, então, uma concepção de educação que privilegia os diferentes atores envolvidos em perspectiva holística.

Por fim, ressaltamos que o IFSP-Salto vem atuando nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico, contribuindo com o aprimoramento da formação escolar da comunidade. No entanto, é também importante para o IF, no âmbito de sua missão enquanto instituição, contribuir para a formação de professores e profissionais da educação.

2.1. Baixa Oferta de Cursos de Pós-graduação

Ao pesquisar os cursos de pós-graduação oferecidos na região de Salto, constatou-se que, embora as instituições particulares ofereçam cursos voltados à formação de professores, nenhum deles abrange especificamente Temas Transversais. Além disso, os cursos ofertados pelas instituições públicas mais próximas, a saber, IFSP de Campinas, UFSCAR de Sorocaba e UNESP de Sorocaba também não tratam desses temas. A UFSCAR não oferece cursos *lato sensu* na área de educação nem tampouco a UNESP. E o IFSP de Campinas oferece um curso na área de educação voltado para a Inserção Social. No Brasil, há apenas uma pós-graduação *lato sensu* totalmente *online* de uma instituição privada no estado de Minas Gerais que aborda esse tema. Nesse sentido, nosso diferencial e missão é oferecer um curso totalmente presencial no estado de São Paulo, de qualidade e gratuito, para contribuir com a formação de professores e profissionais da educação em geral.

2.2. Resumo do Projeto

Dado o contexto de ensino das escolas do estado de São Paulo, nas quais os PCNs são a base do currículo, bem como as necessidades contemporâneas de se integrar conhecimentos vindos de diversas áreas, de formar o aluno enquanto cidadão e trabalhar para que a escola seja democrática, criativa, inclusiva e pluralista, o pensamento transversal torna-se fundamental. Assim, trabalhar os Temas Transversais propostos pelos PCNs, de forma mais profunda e criteriosa, contribui para a formação de professores e profissionais da educação em um contexto que exige olhar plural e holístico para a construção do conhecimento, tendo o aluno papel ativo nesse processo.

Nesse sentido, a pós-graduação *lato sensu* em Temas Transversais tem, por objetivo principal, formar professores e profissionais da educação para trabalhar com os Temas

Transversais na escola como um todo, na integração entre os próprios Temas Transversais e dentro de cada sala de aula por meio das disciplinas já oferecidas pelo currículo. Conseqüentemente, a formação do aluno também será permeada pelos valores da transversalidade.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivos gerais

O curso de pós-graduação *lato sensu* “**Temas Transversais**” tem como objetivo promover o aprimoramento da formação de professores e de outros profissionais da educação no tocante à aplicação dos Temas Transversais em sala de aula e no ambiente escolar.

3.2. Objetivos específicos

- Dar subsídios aos professores e profissionais da educação para que trabalhem a formação cidadã dos discentes para além do desenvolvimento de habilidades e competências nas diversas disciplinas no fundamental I e II e ensino médio;
- Contribuir para o relacionamento social entre os profissionais da educação (diretores, coordenadores pedagógicos, inspetores, cozinheiros, faxineiros, professores, etc), alunos e comunidade sob a ótica da transversalidade;
- Contribuir para que a escola esteja de fato em interação com o mundo externo a partir da formação dos profissionais que nela atuam;
- Colaborar com a formação dos professores e profissionais da educação para que lidem com as múltiplas facetas envolvidas na formação cidadã do aluno para que este último seja capaz de relacionar os diferentes saberes e aplicá-lo na solução de questões reais;
- Desenvolver a percepção da dupla transversalidade dos Temais Transversais, a saber: entre os próprios temas e a operacionalização destes nas disciplinas escolares e, conseqüentemente, olhar para a formação integral do aluno sob essa ótica;

- Proporcionar aos professores e profissionais da educação, subsídios teóricos e metodológicos que enriqueçam sua prática pedagógica na aplicação dos temas transversais.

4. Dados gerais do projeto

Os seis primeiros componentes do curso versarão especificamente sobre cada um dos temas transversais: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. As abordagens propostas nos Planos das Disciplinas objetivam promover reflexões sobre os temas em dois sentidos complementares: em sua especificidade e na sua correlação com os demais temas, enfatizando o papel da primeira transversalidade, que se dá entre os próprios temas, bem como refletir sobre a segunda transversalidade, isto é, aplicação dos temas transversais nas diversas disciplinas escolares.

Os componentes Seminários Práticos I e Seminários Práticos II objetivam correlacionar os estudos propostos nos seis primeiros componentes com as práticas de ensino do aluno do curso e estabelecer uma reflexão coletiva sobre teoria e prática, levantando metodologias empregadas, dificuldades enfrentadas, sucessos e eventuais insucessos na aplicação dos temas transversais.

Os componentes Metodologia de Pesquisa I e Metodologia de Pesquisa II têm por objetivo promover reflexões teóricas sobre o saber científico, bem como propiciar as bases do método científico a ser empregado na pesquisa, que se consumará durante a Orientação de TCC. O objetivo final é apresentar o TCC cuja temática esteja diretamente vinculada à aplicação dos Temas Transversais no processo de ensino aprendizagem.

O componente “Abordagens de Ensino e Contemporaneidade” pretende dar ao discente uma visão história e global das abordagens de ensino, seus respectivos métodos e metodologias na relação com a contemporaneidade.

Por fim, o componente “Legislação Educacional Brasileira, Políticas e Currículo” tem por objetivo discutir as várias legislações que orientam o currículo das escolas no Brasil e políticas relacionadas, na atualidade.

5. Identificação do projeto

5.1. Denominação

Curso de Pós-Graduação em Temas Transversais

5.2. Unidade Responsável

Câmpus Salto

5.3. Áreas de Conhecimento Predominantes

A partir da tabela da CAPES, as áreas de conhecimento predominantes são:

- 7.08.00.00-6 Educação
- 7.08.01.00-2 Fundamentos da Educação

5.4. Corpo Docente

Os docentes envolvidos no curso, listados na tabela abaixo, encontram-se contratados e disponíveis no câmpus de Salto. Seus currículos lattes podem ser encontrados nos *links* indicados.

Nome	Formação Básica	Titulação	Regime de Trabalho	Currículo Lattes
Almerinda Antonia Barbosa Fadini	Graduação em Geografia - Licenciatura	Doutorado em Geografia	RDE	http://lattes.cnpq.br/7835878522109146
Bruna Lammoglia	Graduação em Matemática - Licenciatura	Doutorado em Educação Matemática	RDE	http://lattes.cnpq.br/5520826198675295
Cibele Lima de Albuquerque Galvani	Graduação em Biologia – Licenciatura e Bacharelado	Doutorado em Biologia Funcional e Molecular	RDE	http://lattes.cnpq.br/7542810330553684
Jacqueline Jorente	Graduação em Letras – Português – Inglês - Licenciatura	Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa	RDE	http://lattes.cnpq.br/4231589231285821

Joana de São Pedro	Graduação em Letras – Português – Inglês – Licenciatura Graduação em Linguística	Doutorado em Linguística Aplicada	RDE	http://lattes.cnpq.br/8728431154544983
Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza	Graduação em Química - Licenciatura	Doutorado em Ciências	RDE	http://lattes.cnpq.br/7203287970703191
Leonardo Borges da Cruz	Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado	Doutorado em Sociologia	RDE	http://lattes.cnpq.br/7004653247154545
Luiz Antonio Ferrari	Graduação em Engenharia Mecânica e em Programa Especial de Docentes para a Educação Básica	Mestrado profissional em Engenharia Mecânica	RDE	http://lattes.cnpq.br/3177920387112894
Marcos Alexandre Capellari	Graduação em História – bacharelado e licenciatura	Doutorado em História Social	RDE	http://lattes.cnpq.br/4710310175994133
Marisol Gosse Bergamo	Graduação em Pedagogia com Hab. alunos com Deficiência da Áudio	Especialização em Tecnologia Assistiva e Libras	RDE	http://lattes.cnpq.br/8454826272874216
Nilson Roberto Inocente Junior	Graduação em Engenharia de Controle e Automação	Mestrado em Engenharia Mecânica	RDE	http://lattes.cnpq.br/0586044732719477
Reinaldo do Valle Junior	Graduação em Engenharia Florestal	Especialização em MBIS em Gestão de Segurança da informação	RDE	http://lattes.cnpq.br/5306904754101586
Ricardo Zani	Graduação em Artes Plásticas	Doutorado em Artes	RDE	http://lattes.cnpq.br/1719183664929547

5.5. Implantação

Estimativa para primeiro semestre de 2018.

5.6. Carga Horária do Curso

Carga horária em disciplinas obrigatórias: 360 horas

Carga horário de disciplina optativa: 30 horas

Carga horária em atividade de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso: 60 horas

Carga horária total dos Componentes Curriculares Obrigatórios: 420 horas

6. Caracterizações do Curso

6.1. Período de Início de Oferecimento

Primeiro semestre de 2018.

6.2. Carga Horária

420 horas

6.3. Local de Realização

IFSP – Câmpus Salto

6.4. Número de Turmas

Uma turma por ano.

6.5. Número de Vagas

30 vagas por turma, uma turma por ano, conforme disponibilidade física do IFSP - Câmpus Salto.

As vagas são divididas em ampla concorrência e em sistema de ações afirmativas (cotas), estabelecidas nos termos da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, também assegurada pela resolução 41/2017 de 06 de junho de 2017 do IFSP.

6.6. Modalidade

Será realizada anualmente a regência de uma turma, em que os docentes envolvidos ministrarão aulas presencialmente no IFSP - Câmpus Salto.

6.7. Público Alvo

O curso destina-se aos docentes das redes pública e particular de ensino, aos profissionais de educação em geral e a todos os que trabalham na área de educação e que sentem a necessidade de estudar os Temas Transversais.

6.8. Perfil do Egresso

O curso de pós-graduação *lato sensu* em “**Temas Transversais**” propicia uma formação pautada na reflexão teórica e prática, cujo objetivo é instrumentalizar o profissional da educação para atuar de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas de nossa realidade. O especialista em “**Temas Transversais**” é um profissional com conhecimentos sobre Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, que dispõe de metodologia relativa à transversalidade dos temas.

Espera-se que a integração entre repertório pessoal, sobretudo sua vivência profissional, os conhecimentos específicos ministrados em cada módulo e a bagagem compartilhada nos “Seminários Práticos” contribuam para o enriquecimento na formação dos alunos do curso.

Em relação aos alunos, que atuam ou pretendem atuar como profissionais da educação, espera-se que, ao final do curso, sejam capazes de identificar e solucionar problemas inerentes à aplicação dos temas transversais em sala de aula.

As aplicações práticas nas especificidades de cada disciplina e sua vivência profissional, alcançada pela execução de projetos, torná-lo-á apto a atuar segundo os objetivos específicos deste curso.

6.9. Sistema de oferecimento

PRESENCIAL: Serão oferecidas de 30 vagas anuais para o curso de especialização, o qual será ministrado durante 2 (dois) na semana no período noturno.

As vagas são divididas em ampla concorrência e em sistema de ações afirmativas (cotas), estabelecidas nos termos da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, também assegurada pela resolução 41/2017 de 06 de junho de 2017 do IFSP.

6.10. Tipos de financiamento

GRATUITO: O curso será gratuito, porém os alunos poderão adquirir o material didático na forma impressa em livrarias e/ou gráficas a serem definidas. E, ainda, buscar a bibliografia disponível na biblioteca do Câmpus.

7. Estrutura e Funcionamento do Curso

7.1. Ingresso e Matrícula – Processo Seletivo

Para a inscrição no curso de pós-graduação *lato sensu* “**Temas Transversais**”, o candidato deverá entregar os seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae;
- b) Diploma ou Certificado de conclusão de curso de graduação em qualquer área e respectivo histórico escolar;
- d) Documento pessoal com foto (RG, CNH, Carteira de Reservista ou Carteira de Conselho de Área).

Após a inscrição, o candidato passará por um processo de seleção que constará de:

- a) Análise de *Curriculum Vitae* e histórico escolar da graduação;
- b) Análise de carta de intenção escrita pelo candidato presencialmente em data previamente agendada no câmpus.

Em relação ao currículo e ao histórico escolar, serão observados os seguintes aspectos:

- a) Formação;
- b) Desempenho acadêmico;
- c) Experiência Profissional.

Em relação à carta de intenção, serão observados os seguintes aspectos:

- a) Interesse;
- b) Disponibilidade para participar do curso;
- c) Apresentação de como a pós-graduação *lato sensu* pode contribuir para sua formação;
- d) Redação.

Em caso de empate, terão preferência professores de escolas federais, estaduais e municipais da região, ou seja, que fazem parte da Diretoria de Ensino de Itu. Persistindo o empate, terão preferência professores com mais tempo de magistério e, se ainda houver empate, professores com mais idade.

Serão ofertadas entre 30 vagas anualmente e a integralização do curso será de no mínimo 18 e no máximo 30 meses. As vagas são divididas em ampla concorrência e em sistema de ações afirmativas (cotas), estabelecidas nos termos da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, também assegurada pela resolução 41/2017 de 06 de junho de 2017 do IFSP.

7.2. Critérios de Avaliação da Aprendizagem e Controle de Frequência

Conforme indicado na LDB – Lei 9394/96 – a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Da mesma forma, no IFSP é previsto pela “Organização Didática” que a avaliação seja norteadada pela **concepção** formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia.

Assim, os componentes curriculares do curso preveem que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização de vários **instrumentos**, tais como:

- a. Exercícios;
- b. Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- c. Fichas de observações;
- d. Relatórios;
- e. Autoavaliação;

- f. Provas escritas;
- g. Provas práticas;
- h. Provas orais;
- i. Seminários;
- j. Projetos interdisciplinares e outros.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino da disciplina. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Para a aprovação, o estudante deverá obter, no componente curricular, nota igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades.

Considera-se RETIDO:

- I. O estudante que obtiver frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular, independentemente da nota que tiver alcançado;
- II. O estudante que obtiver frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) e que tenha obtido média final menor que 6,0 (seis).

O estudante retido em qualquer componente curricular deverá cursá-lo em regime de dependência até a sua aprovação.

O IFSP não estará obrigado a oferecer componentes curriculares específicos para dependência.

Ressalta-se que, de acordo com o artigo 80 da resolução 64/2017 de 1 de agosto de 2017 do IFSP, o prazo máximo para integralização do curso será de 30 meses a contar da data de matrícula, incluindo a apresentação do TCC. Sendo que o parágrafo único desse artigo diz que não caberão recursos caso se esgote esse prazo.

8. Coordenação do Curso

NOME: Professora Dra. Joana de São Pedro

CONTATO: (11) 46019191 // joana.pedro@ifsp.edu.br

TITULAÇÃO: Doutora em Linguística Aplicada.

REGIME DE TRABALHO: RDE

DATA DE INGRESSO NO IFSP: 01 de fevereiro de 2017.

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA:

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico desde 2017.

Docência em Ensino Fundamental I e II como professora de instituição parceira das escolas, Ensino Médio, Escola de Idiomas, Docência no Ensino Superior, Elaboração de projeto de pós-graduação, Apoio à Gestão no Ensino Superior, Projetos de Extensão no Ensino Superior.

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Doutora em Linguística Aplicada (2016) - IEL/UNICAMP - Pesquisa em Formação de Professores. Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Mestre em Linguística Aplicada (2006) - IEL/UNICAMP - Área de Concentração: Ensino e Aprendizagem de Língua Estrangeira.

Letras - Licenciada em Português/Inglês – UNIP (2012).

Bacharel em Linguística – IEL/UNICAMP (2003).

LINK PARA O CURRÍCULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8728431154544983>

9. Colegiado de Curso

O colegiado de curso será responsável pela coordenação didática dos componentes curriculares constituintes do projeto pedagógico do curso e, de acordo com o artigo 23 da seção VIII da resolução 64/2017 de 1 de agosto de 2017 do IFSP, será composto por:

- I. O coordenador do curso;
- II. O mínimo de 4 (quatro) representantes docentes como membros titulares e 2 (dois) como membros suplentes, eleitos entre os docentes regulares do curso e pertencentes ao quadro permanente e ativo do IFSP;
- III. 1 (um) representante titular do setor sociopedagógico e 1 (um) suplente, eleitos entre os seus pares;
- IV. 1 (um) representante titular discente e 1 (um) suplente, eleitos entre os seus pares.

O colegiado será presidido pelo coordenador do curso. O mandato dos representantes docentes e do representante do sociopedagógico será de 2 (dois) anos, com direito à recondução, e o mandato do representante discente será de 1 (um) ano, sem direito à recondução.

O Colegiado do Programa será constituído assim que aprovado o Plano do Curso de Especialização, sendo que o representante discente será escolhido por votação assim que iniciadas as atividades letivas.

10. Disciplinas e Corpo Docente Responsável

O Quadro 1 apresenta o corpo docente responsável por cada uma das disciplinas do Curso de Especialização em Temas Transversais.

Quadro 1. Docentes responsáveis pelas disciplinas no curso.

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Disciplina
Almerinda Antonia Barbosa Fadini	Licenciatura em Geografia pela PUC- Campinas Mestrado em Geociências e Meio Ambiente pela Unesp Doutorado em Geografia pela Unesp	RDE	SP1T2
Cibele Lima de Albuquerque Galvani	Licenciatura e Bacharelado em Biologia Doutorado em Biologia Funcional e Molecular	RDE	SDET1 ORST1
Jacqueline Jorente	Licenciatura em Português – Inglês Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa	RDE	MP2T3
Joana de São Pedro	Licenciada em Português – Inglês Bacharel em Linguística Doutora em Linguísticas Aplicada	RDE	MP1T2
Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza	Bacharelado em Farmácia-Bioquímica pela Unesp Licenciatura em Química pela Ufscar Mestrado em Química pela Unesp Doutorado em Ciências – Química pela USP	RDE	AECT2
Leonardo Borges da Cruz	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Unesp/Marília Mestrado em Ciências Sociais pela Unesp/Marili Doutorado em Sociologia pela UFSCAR	RDE	PLCT1
Luiz Antônio Ferrari	Bacharelado em Engenharia Mecânica pelo Centro Universitário da FEI	RDE	TECT2

	Mestrado em Engenharia Mecânica - subárea de Energia e Gestão Ambiental na Indústria pela Universidade de Taubaté		
Marcos Alexandre Capellari	Bacharelado e Licenciatura em História pela USP; Mestrado em História Social pela USP Doutorado em História Social, pela USP	RDE	SP2T3
Marisol Gosse Bergamo	Graduação em Pedagogia com Hab. alunos com Deficiência da Áudio e Especialista em Tecnologia Assistiva e Libras e em Inteligência Multifocal e Psicanálise Educacional.	RDE	ETCT1 LEBT1 LIBT3
Reinaldo Valle Junior	Graduação em Engenharia Florestal Especialista em MBIS em gestão de segurança da informação.	RDE	MABT2

As disciplinas são atribuídas ao corpo docente semestralmente, sendo que o mesmo é composto pelos docentes lotados no IFSP – Câmpus Salto. A atribuição é realizada pelo Coordenador do Curso de Especialização em Temas Transversais.

10.1. Estrutura Curricular:

Considerando a autonomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo conforme a Lei 11.892/2009, o curso de pós-graduação *lato sensu* "**Temas Transversais**" pressupõe uma perspectiva de articulação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de conhecimentos - saberes, competências, valores e práticas. Além disso, considera ainda que a qualidade do curso ofertado está diretamente vinculada ao compromisso político e à competência técnica dos professores e ao respeito às diversidades dos alunos.

O Curso terá carga horária de **420 horas** (havendo mais 30 horas de disciplina optativa) distribuídas em **18 meses**. A integralização máxima será de **30 meses, incluindo a finalização e defesa do TCC**, de acordo com o regulamento para pós-graduação *lato sensu*, resolução 64/2017 de 1 de agosto de 2017. A disposição da carga horária e dos componentes curriculares visa garantir a proporcionalidade entre as atividades teóricas e as práticas, condição *sine qua non* da formação do aluno.

O curso de pós-graduação *lato sensu* "**Temas Transversais**" está estruturado para permitir que o aluno se desenvolva de forma coerente e gradual, garantindo a

complexidade da formação, baseada na aquisição de conhecimentos e habilidades imprescindíveis.

Na página seguinte pode ser visto um quadro detalhado da estrutura curricular do curso.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (Criação: Lei nº 11.892 de 29/12/2008) Câmpus: Salto Portaria de Criação (do câmpus): nº 1.713 de 20 de dezembro de 2006 ESTRUTURA CURRICULAR: Temas Transversais Base Legal: Leis nº 9.394/96 e 11.741/2008, Decreto nº 5.154/2004								Carga Horária do Curso: 420	
Habilitação Profissional:								Especialista em Temas Transversais	
	Componente Curricular	Código	Teoria/ Prática	No. Prof.	Semestres - Aulas/seman a			Total Aulas	Total Horas
					1º	2º	3º		
1o Sem.	Ética	ETCT1	T/P	1	2	-	-	36	30
	Pluralidade Cultural	PLCT1	T/P	1	2	-	-	36	30
	Legislação Educacional Brasileira, Políticas e Currículo	LEBT1	T/P	1	2	-	-	36	30
	Saúde	SDET1	T/P	1	2	-	-	36	30
	Orientação Sexual	ORST1	T/P	1	2	-	-	36	30
	Meio Ambiente	MABT2	T/P	1	-	2	-	36	30
2o Sem.	Trabalho e Consumo	TECT2	T/P	1	-	2	-	36	30
	Abordagens de Ensino e Contemporaneidade aect2	AECT2	T/P	1	-	2	-	36	30
	Seminários Práticos I	SP1T2	T/P	1	-	2	-	36	30
	Metodologia de Pesquisa I	MP1T2	T/P	1	-	2	-	36	30
	Seminários Práticos II	SP2T3	T/P	1	-	-	2	36	30
3o Sem.	Metodologia de Pesquisa II	MP2T3	T/P	1	-	-	2	36	30
	TOTAL ACUMULADO DE AULAS							432	
TOTAL ACUMULADO DE HORAS								360	
TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DE CURSO								60	
TOTAL GERAL								420	

OBS: AULAS COM DURAÇÃO DE 50 MINUTOS

Disciplina Optativa

3o. Sem.	LIBRAS (disciplina optativa)	LIBT3	T/P	1	-	-	3	36	30
----------	------------------------------	-------	-----	---	---	---	---	----	----

Os componentes curriculares “Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Meio Ambiente” versarão sobre os temas transversais apresentados pelas PCNs, os quais envolvem conteúdos específicos e múltiplos aspectos das diferentes dimensões da vida social. Desse modo, serão apresentados e trabalhados em sala de aula e no contexto do trabalho, objetivando produzir discussões que permitam aos participantes refletir sobre sua atuação na área da educação, em sala de aula e no ambiente escolar como um todo. Tais disciplinas foram pensadas sob uma perspectiva transversal que será levada para a sala de aula e que pode ser percebida nos conteúdos programáticos. Algumas dessas disciplinas apresentam maior intersecção e foram colocadas no mesmo semestre, a saber “Ética” e “Pluralidade Cultural”; “Saúde” e “Orientação Sexual” e “Meio Ambiente” e “Trabalho e Consumo”.

Os componentes “Abordagens de Ensino e Contemporaneidade” e “Legislação Educacional Brasileira, Políticas e Currículo” têm por objetivo proporcionar ao aluno uma visão mais ampla no que se refere às abordagens e metodologias de ensino e às leis que regem a Educação no Brasil.

Os componentes Seminários Práticos I e II objetivam, em linhas gerais, propiciar reflexões sobre a aplicação dos temas transversais em sala de aula nas diferentes disciplinas, tanto quanto estimular a criação e aplicação de intervenções fundamentadas nos temas transversais de maneira inter/transdisciplinar de modo que esses temas estejam interconectados entre si.


O componente optativo “Libras” contempla uma demanda da LDB por se tratar de uma pós-graduação na área de Educação. Além disso, essa disciplina é coerente com a proposta de formação global, inerente aos temas transversais, do professor e profissional da educação em geral para que possa lidar com a diversidade de situações da sala de aula e do ambiente escolar.

Os componentes Metodologia de Pesquisa I e II estabelecerão interações contínuas que correlacionem produção do conhecimento e realização de um Trabalho de Conclusão de Curso com o intuito de auxiliar e orientar a execução desse produto final.


A Orientação de TCC será conduzida por diversos professores, que serão responsáveis pelo desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Tais trabalhos serão correlacionados a um tema transversal com propostas a serem desenvolvidas em sala de aula ou no âmbito escolar como um todo e serão realizados individualmente. Ao final dessa orientação, os trabalhos serão apresentados para a comunidade diante de uma banca examinadora e avaliados pelos docentes. Ressalta-se que as horas destinadas ao TCC (60h) referem-se à orientação e elaboração do trabalho, não incluindo o tempo necessário à defesa diante da banca.

10.1.1. Planos de Ensino das Disciplinas Ofertadas

1º Semestre


 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CÂMPUS</p> <p><i>Salto</i></p>
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Especialização em Temas Transversais	
Componente curricular: Ética	Código: ETCT1
Ano/ Semestre: 1	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Estudo da Ética como oposição à violência, da fundamentação do valor e da dignidade humana; sentimento moral; consciência moral e vontade; Ética, conduta e convivência; condições do sujeito ético; Moral social e Ética e Cidadania.	
OBJETIVOS	
<p>Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a ética na educação básica, na aprendizagem por temas transversais; • Compreender e desenvolver a atuação docente e escolar no desenvolvimento moral e ético da pessoa, dos grupos sociais e da comunidade. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Problema fundamental da Ética: oposição entre Ética e Violência;	

<p>O desenvolvimento da ética e a questão cultural: moral social e ética filosófica; A sobrevivência e convivência na origem dos problemas éticos; As condições do sujeito ético: consciência, racionalidade, vontade, liberdade, discursividade; Limites de uma ética universal: racionalidade e razoabilidade; A declaração universal de direitos humanos; O problema social da Justiça e sua relação com a política; Fundamentos da convivência democrática; As conquistas da cidadania; A cidadania como igualdade na diferença: os direitos especiais dos trabalhadores, os direitos especiais das faixas etárias, os direitos especiais de gênero e orientação sexual, os direitos especiais das etnias e das minorias. O limite da escola cidadã: a externalidade da cidadania e a interioridade da consciência; As virtudes pessoais e cidadãs como hábitos; Desenvolvimento moral infantil; Conflitos morais da adolescência.</p>
<p>METODOLOGIA</p>
<p>Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.</p>
<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2002. CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2010. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2012. BAUMAN, Zygmunt. A ética é possível num mundo de consumidores? Rio de Janeiro: Zahar, 2011. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2009. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2007. SILVA, Paulo Fernando da. Conceito de Ética na Contemporaneidade segundo Bauman. [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CÂMPUS</p> <p><i>Salto</i></p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>	

Curso: Temas Transversais	
Componente curricular: Pluralidade Cultural	Código: PLCT1
Ano/ Semestre: 1	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Reflexão sobre o conceito de cultura e de pluralidade cultural. Estudo do ser humano enquanto produtor e produto da cultura: natureza, trabalho e cultura. Cultura e meio ambiente: domínio ou convivência. Diversidade cultural e Ética: respeito mútuo pelas diferenças. Pluralidade cultural e construção da identidade nacional. Globalização cultural e resistência. Diferentes linguagens pelas quais se expressa a pluralidade cultural. O espaço escolar e a pluralidade cultural.	
OBJETIVOS	
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de cultura e de pluralidade cultural diacrônica e sincronicamente; • Correlacionar os conceitos de natureza, de trabalho humano e de cultura; • Inferir os diferentes impactos da cultura sobre o meio ambiente, pela comparação de experiências culturais diversas; • Debater sobre a questão da alteridade, tanto no plano da convivência quanto no plano da produção cultural; • Relacionar a questão da pluralidade cultural com o problema da construção da identidade nacional brasileira; • Estabelecer uma crítica sobre o modelo de globalização vigente e entender as formas de resistência existentes; • Conhecer e compreender a produção artística como expressão da identidade etnocultural; • Desenvolver vivência da ética e da cidadania sob a perspectiva da diversidade; • Considerar a questão da pluralidade cultural e seu impacto no espaço escolar. 	
CONTEUDO PROGRAMATICO	
O Ser Humano como Agente Social e Produtor de Cultura; O ser humano como produtor e produto da cultura.; Pluralidade cultural, etnocentrismo e formas de resistência; Cultura afro-brasileira; Conhecimento, respeito, levantamento e valorização das diferentes linguagens (oral, corporal, visual), componentes e formas de produção cultural; A circulação de informações e a liberdade de expressão e associação.	
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.	
AVALIAÇÃO	
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

<p>DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>CANEN, Ana. Competência pedagógica e pluralidade cultural: eixo na formação de professores? Cadernos de Pesquisa, n. 102, p. 89-107, nov. 1997.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>CAPELLARI, Marcos Alexandre. Sob o olhar da razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil (1900-2000). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <www.saber.usp.br> Acesso 20 abril 2017.</p> <p>CAPELLARI, Marcos Alexandre. O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <www.saber.usp.br> Acesso 20 abril 2017.</p> <p>ECO, Umberto. Os limites da interpretação. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p><i>CÂMPUS</i></p> <p><i>Salto</i></p>
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Especialização em Temas Transversais	
Componente curricular: Legislação Educacional Brasileira, Políticas e Currículo	Código: LEBT1
Ano/ Semestre: 1	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Contextualiza historicamente a legislação educacional brasileira na Nova República, enfatizando os processos de regulação curricular desencadeados pela esfera federal desde a década de 1980.	
OBJETIVOS	
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o contexto histórico da legislação educacional brasileira; • Discutir e compreender de forma crítica o currículo, problematizando a dimensão política da legislação educacional. 	
CONTEUDO PROGRAMÁTICO	
Currículo como arena política; A Nova República Brasileira: entre os direitos sociais e neoliberalismo; Da Constituição à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;	

Parâmetros Curriculares Nacionais e os Temas Transversais; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.
METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.
AVALIAÇÃO
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23 GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, v. 44, n. 153, p. 648-669, Setembro 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300009&lng=en&nrm=iso > Acesso 01 mar 2017 SAVIANI, Demerval. A nova LDB: limites e perspectivas. In.: A nova lei da educação - LDB: trajetórias, limites e perspectivas . São Paulo: Autores Associados, 1997, pp. 189-228.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação . v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012 Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a01v17n49.pdf > Acesso 01 mar 2017. CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de Sociologia Política . Curitiba, n. 25, p. 83-06, Nov. 2005. MOREIRA, Luciano. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a educação brasileira sob a supremacia do mercado. Revista Educação Temática Digital , Campinas, v.9, n.2, p.31-51, 2008.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E T SÃO PAULO</p>	CÂMPUS
	<i>Salto</i>
IDENTIFICAÇÃO	

Curso: Especialização em Temas Transversais	
Componente curricular: Saúde	Código: SDET1
Ano/ Semestre: 1	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Estudo da saúde como tema transversal, considerando a pessoa humana em sua totalidade, ou seja, seu estado biológico, psicológico, social, cultural e histórico. Estudo da saúde como bem e direito de todo ser humano e estudo da saúde como parte integrante do autoconhecimento para o autocuidado.	
OBJETIVOS	
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a saúde como bem e direito de todo ser humano, não apenas sob o aspecto de ausência de doença, mas de bem-estar físico, mental e social (OMS); • Aprender que a saúde é parte do autoconhecimento para o autocuidado; • Fazer análises críticas de eventos relacionados ao tema “saúde”, não apenas sob a perspectiva biológica, mas também psicológica e sociocultural; • Desenvolver-se e atuar como modificador não apenas de seu contexto de trabalho (ambiente escolar), mas de sua sociedade. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Saúde como bem e direito do ser humano; Drogas e Violência; Ciência do Início da Vida; Nutrição: Desnutrição e Obesidade; Doenças: Física, Psíquica e Socioambientais; Saúde Pública: Direitos e Deveres; Boas práticas de higiene; Promoção do bem-estar físico e mental; Meio Ambiente e Saúde: Saneamento Básico, Lazer e Cidadania.	
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.	
AValiação	
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf > Acesso em: 17/03/17. LUZES, Eleanor. A necessidade do ensino da Ciência do Início da Vida. Tese (Doutorado em Psicologia). Disponível em:	

<<https://drive.google.com/drive/folders/0B4y3quStqCOfRHc0VldldVJYYnM>>.
 Acesso em 17/03/17.
 MIALHE, Flávio (Ed.). **Educação e promoção da saúde: teoria e prática.** São Paulo: Santos, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** 1990. Disponível em
 <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 17/03/17.


CARLINI-COTRIM, Beatriz.; ROSEMBERG, Fúlvia. Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, 25 (4): 299 – 305, 1991. Disponível em
 <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjut4rskd7SAhWFIpAKHaF8AN0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frspp%2Farticle%2Fdownload%2F23831%2F25867&usq=AFQjCNFeeklZTY100CgtLrxDx1HbbIa3fg&sig2=Wfa2bQeUqPg7Q_Bi69CmSA>. Acesso em: 17/03/17.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde.** Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, São Paulo, pp. 1.191, 1996.


SOUZA, Maria Cecília. et al. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Vol. 4, Núm. 1, pp. 7-23, 1999.

SILVA, Eroy Aparecida; ANDRADE, André Luiz Monezi. **Neurociências do Abuso de Drogas na Adolescência - o Que Sabemos?** 1 ed. Atheneu. 2014.


 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CÂMPUS</p> <p><i>Salto</i></p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>	
<p>Curso: Especialização em Temas Transversais</p>	
<p>Componente curricular: Orientação Sexual</p>	<p>Código: ORST1</p>
<p>Ano/ Semestre: 1</p>	<p>Nº aulas semanais: 2</p>
<p>Total de aulas: 36</p>	<p>Total de horas: 30</p>
<p>EMENTA</p>	
<p>Estudo sobre as concepções a respeito da natureza e usos do corpo, sexualidade. As dimensões social, biológica e das emoções serão abordadas nos estudos no que concerne como o ser humano é capaz de criar sobre sua sexualidade, (re)elaborando uma infinita gama de orientações sexuais.</p>	
<p>OBJETIVOS</p>	
<p>Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar criticamente como diferentes saberes se referem ao tema da sexualidade; • Discutir e compreender como desdobramentos tecnológicos interferem na questão da sexualidade e sua relação com a formação individual e coletiva; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Compreender e debater sobre as permanências e mudanças dos costumes relacionados à sexualidade; • Relacionar contribuições no plano das (re)significações de gênero no Brasil e no mundo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Ser humano e sexualidade; Sexo e gênero; Sexualidade: aspectos biológicos; Sexualidade: aspectos culturais; Saúde e sexualidade: métodos contraceptivos e profilaxia de DSTs; História da sexualidade; Orientação sexual de jovens na Escola; Ciência do Início da Vida; Teoria Queer.
METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.
AValiação
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BUTLER, Judith. Problemas de gênero . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015. GROPPA, Júlio. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas . 6 ed. São Paulo: Summus, 1997. LOURO, Guacira L. O corpo educado: Pedagogias da sexualidade . 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf > Acesso em: 17/03/17. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. _____. História da sexualidade II: o uso dos prazeres . 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. _____. História da sexualidade III: o cuidado de si . Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009. GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas . São Paulo: EdUnesp, 1993.


2º Semestre

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CÂMPUS</p> <p><i>Salto</i></p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>	
<p>Curso: Especialização em Temas Transversais</p>	
<p>Componente curricular: Meio Ambiente</p>	<p>Código: MABT2</p>
<p>Ano/ Semestre: 2</p>	<p>Nº aulas semanais: 2</p>
<p>Total de aulas: 36</p>	<p>Total de horas: 30</p>
<p>EMENTA</p>	
<p>Estudo da complexidade dos problemas ambientais; conferências mundiais sobre o meio ambiente; as diferentes abordagens da Sustentabilidade; metodologias de Educação Ambiental; a perspectiva ambiental do Cuidado. Reflexões sobre ações preventivas e de soluções para os problemas ambientais.</p>	
<p>OBJETIVOS</p>	
<p>Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender e problematizar a temática ambiental; • Entender e desenvolver o papel do cidadão na compreensão, prevenção e solução dos impactos socioambientais; • Aprender sobre tecnologias alternativas voltadas à minimização dos problemas ambientais; • Compreender as metodologias de Educação Ambiental. 	
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>	
<p>Apresentação da problemática ambiental: Do local ao global; Marcos ambientais: Rachel Carson; Clube de Roma: Limites ao Crescimento; Nosso Futuro Comum; Conferências Mundiais do Meio Ambiente; Conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sociedades Sustentáveis; Ações Socioambientais; Meio ambiente e consumo; Meio ambiente e as relações de trabalho; Tecnologias alternativas para a minimização e solução de problemas ambientais: indústria, agricultura e sociedade.</p>	
<p>METODOLOGIA</p>	
<p>Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.</p>	
<p>AVALIAÇÃO</p>	
<p>As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	

<p>FIELD, Barry. C.; FIELD, Martha. K. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Porto Alegre: McGraw-Hill, 6 ed, 2014, 400p.</p> <p>LINS, Clarissa.; ZYLBERSZTAJN, David. Sustentabilidade e Geração de Valor - A Transição para o Século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, 207p.</p> <p>ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane (Org.). Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012, 412p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ALMEIDA, Fernando. Os Desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007, 304p.</p> <p>BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é - o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, 200p.</p> <p>CAMARGO, Adriana Pereira.; ZUCCA, Gibson; EHRHARDT, Maria Elisa. Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Meio Ambiente. São Paulo: Saraiva, 2013, 216p.</p> <p>PHILIPPI JR., Arlindo. Educação e Meio Ambiente: uma relação intrínseca. São Paulo: Manole, 2012, 208p.</p> <p>ROCHA, Jefferson M. Sustentabilidade em questão: economia, sociedade e meio ambiente. São Paulo, Paco, 2011, 168p.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CÂMPUS <i>Salto</i></p>
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Especialização em Temas Transversais	
Componente curricular: Trabalho e Consumo	Código: TECT2
Ano/ Semestre: 2	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Tratará de debates sobre a visão ontológica do trabalho e as relações entre produção humana, entendida como trabalho e consumo, que se manifestam em necessidades vitais e supérfluas. Buscará realizar sínteses inter e transdisciplinares sobre a relação entre trabalho e consumo, tendo como eixo de ação a sustentabilidade, em seu sentido mais amplo.	
OBJETIVOS	
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:	
<ul style="list-style-type: none"> • Perceber e compreender a perspectiva ontológica do trabalho; • Compreender as relações entre produção humana sobre a natureza (interna e externa) e as necessidades vitais e supérfluas de consumo; • Compreender os desdobramentos dessas relações. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>Perspectiva ontológica do trabalho;</p> <p>O ser humano e o trabalho;</p> <p>Relações entre trabalho e consumo: perspectivas histórico-sociológicas e legislação trabalhista;</p>	

<p>Educação Financeira: código de defesa do consumidor, mídia e consumo e formas de economia e comércio;</p> <p>Consumo e sustentabilidade: padrões de consumo e necessidades energéticas, produção agropecuária, alimentação, consumo e meio ambiente e destinação de resíduos como meio de análise da ação humana.</p>
METODOLOGIA
<p>Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.</p>
AValiação
<p>As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>HORKHEIMER, Max.; ADORNO, Theodor. W. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. (Org.). Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.</p> <p>ODUM, Eugene P. Fundamentos da Ecologia. Thomson Pioneira, 2007.</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>CARVALHO, José Jorge. Imperialismo cultural hoje: uma questão silenciada. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/26032/27761>. Acesso em 17/03/17.</p> <p>MARTINS, José S. A sociedade vista do abismo. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>SOUSA SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>PONTIN, Joel Arnaldo (coord.). Biomias. São Paulo: Instituto do Grêmio Politécnico para Desenvolvimento da Educação. Coleção Saberes. 2012.</p> <p>PONTIN, Joel Arnaldo (coord.). Energia. São Paulo: Instituto do Grêmio Politécnico para Desenvolvimento da Educação. Coleção Saberes. 2012.</p>


	<p>CÂMPUS</p> <p><i>Salto</i></p>
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Especialização em Temas Transversais	
Componente curricular: Abordagens de Ensino e Contemporaneidade	Código: AECT2
Ano/ Semestre: 2	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	

Discute abordagens de ensino e aprendizagem em perspectiva histórica, na relação com a contemporaneidade, bem como metodologias de sala de aula que se relacionam à temática.
OBJETIVOS
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma visão histórica sobre as abordagens de ensino e aprendizagem; • Compreender essas abordagens na relação com a contemporaneidade; • Relacionar essas abordagens com a transversalidade.
CONTEUDO PROGRAMÁTICO
Abordagens miméticas; Abordagens cognitivas; Abordagens reflexivas; Disciplinaridade, Interdisciplinaridade, Multidisciplinaridade e Transdisciplinaridade; Metodologias ativas de aprendizagem e recursos didáticos que as favorecem: ensino híbrido e ferramentas ligadas à internet, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida.
METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.
AVALIAÇÃO
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOBERG, Hiudeia Tempesta Rodrigues et al. Transdisciplinaridade: origem, conceito e possibilidades em sala de aula. In: VII Seminário de Iniciação Científica SÓLETRAS. Estudos Linguísticos e Literários 2010. Anais, UENP , 2010, p. 474-501. Disponível em: http://www.uenp.edu.br/trabalhos/cj/anais/soLetras2010/Josylene%20Aparecida%20Ferreira%20de%20Almeida.pdf Acesso: 05 abr 2017. DE SÃO PEDRO, Joana. Língua inglesa, transculturalidade e transdisciplinaridade : percursos e representações docentes no ensino fundamental I. Tese de doutorado. IEL/UNICAMP, 2016. PALMER, Joy A.; PINSKY, Mirna. 50 grandes educadores modernos : de Piaget a Paulo Freire. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AQUINO, Carlos T. E. Como aprender : Andragogia e as habilidades de aprendizagem. Pearson, 2007. BECK, Ulrich. Momento cosmopolita da sociedade de risco. ComCiência , n.104, Campinas, 2008. Disponível em: < http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000700009&lng=pt&nrm=iso > Acesso: 05 abr 2017. CORDEIRO, Jaime. F. P. Didática . Editora Contexto, 2007.

GUIMARÃES, Rosana C.; LAVISON, Aida M.; BUCCO, Larissa B. O indivíduo ético na sociedade do espetáculo. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 55, p. 257-277, jan./jun. 2011.

BERBEL, Neusi A. Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, vol. 32, n.1, jan/jun, 2011, pp. 25-40. Disponível em:
 <http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf> Acesso: 05 abr 2017.

WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. Editora Ática, 2009.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	CÂMPUS <i>Salto</i>
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Temas Transversais	
Componente curricular: Seminários Práticos I	Código: SP1T2
Ano/ Semestre: 2	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Diagnóstico da realidade a ser estudada. Reflexão sobre a aplicação dos temas transversais. Olhares críticos sobre os temas transversais no cotidiano.	
OBJETIVOS	
<p>Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender e aplicar os procedimentos metodológicos relacionados à concepção e a aplicação de seminários; • Correlacionar os temas transversais com a sua vivência como cidadão e como docente; • Debater sobre os inúmeros olhares vinculados às temáticas apresentadas durante o curso; • Criar e aplicar intervenções fundamentadas nos temas transversais. 	
CONTEUDO PROGRAMATICO	
<p>Procedimentos metodológicos relacionados à concepção e a aplicação de seminários;</p> <p>A importância da apresentação dos seminários para a produção de um olhar crítico sobre os temas transversais;</p> <p>O espaço educativo e os temas transversais;</p> <p>Apresentação dos aspectos teóricos dos levantamentos bibliográficos.</p>	
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.	
AVALIAÇÃO	

As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> Acesso em: 01/04/17.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em 01/04/17.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859> Acesso em: 01/04/17.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Temas Transversais, Pedagogia de Projetos e Mudanças na Educação**. São Paulo: Summus, 2014


BRANCO, Sandra. **Atividades com temas transversais**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p><i>CÂMPUS</i> <i>Salto</i></p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>	
<p>Curso: Especialização em Temas Transversais</p>	
<p>Componente curricular: Metodologia de Pesquisa I</p>	<p>Código: MP1T2</p>
<p>Ano/ Semestre: 2</p>	<p>Nº aulas semanais: 2</p>
<p>Total de aulas: 36</p>	<p>Total de horas: 30</p>
<p>EMENTA</p>	

Estudo da evolução histórica do conhecimento em geral e do conhecimento científico em particular; conceito de ciência e seus métodos; tipos de pesquisa e trabalhos científicos.
OBJETIVOS
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância e as características do conhecimento científico, a sua produção e sistematização, viabilizando a realização do Trabalho de Conclusão do Curso a partir de um projeto de pesquisa inicial; • Compreender o processo de construção do conhecimento como um processo histórico, alguns de seus métodos e paradigmas; • Desenvolver uma atitude investigativa científica na produção dos trabalhos; • Aprender as técnicas de normalização e uniformização redacional presentes nos diferentes tipos de trabalhos científicos; • Reconhecer e compreender os diferentes momentos do processo de pesquisa, construindo e reconstruindo permanentemente o conhecimento relacionado a sua área de atuação; • Desenvolver uma atitude crítica sobre a produção do conhecimento; • Ampliar a capacidade de relacionar a problemática da pesquisa científica à educação.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Tipos de Conhecimento Métodos Científicos Modalidades e Metodologia de Pesquisa Científica Tipos de Trabalhos Científicos e Redação Técnicas de Sintetizar Textos Roteiro de um Projeto de Pesquisa Elaboração de um Projeto de Pesquisa Normas ABNT
METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.
AVALIAÇÃO
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JACOBINI, Maria Letícia de Paiva. Metodologia do Trabalho Acadêmico . 4ed. Campinas, SP: Alínea, 2011. RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação . 5ed. São Paulo: Loyola, 2010. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio (orgs). Estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso . Cengage, 2006.


ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, n 113, jul/2001, pp.51-64.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA**, v 22, n 40, jul/dez, 2013, pp. 95-103. Disponível em:
 <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/753/526>> Acesso 02 abr 2017

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

3º Semestre

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	CÂMPUS Salto
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Temas Transversais	
Componente curricular: Seminários Práticos II	Código: SP2T3
Ano/ Semestre: 3	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
Aprofundamento da realidade a ser estudada e a aplicação dos temas transversais sob um olhar crítico.	
OBJETIVOS	
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Aplicar intervenções fundamentadas nos temas transversais; • Apresentar seminários práticos; • Debater e refletir sobre os resultados conjuntamente. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Debates sobre os textos lidos tendo em vista a transversalidade; Reflexões e <i>feedback</i> em conjunto a respeito dos temas escolhidos para apresentação; Apresentação dos aspectos práticos dos levantamentos bibliográficos.	
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.	
AValiação	
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antonio J.; SEVERINO, Estevão S. **Ensinar e aprender com pesquisa no ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2012.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Temas Transversais, Pedagogia de Projetos e Mudanças na Educação**. São Paulo: Summus, 2014


BRANCO, Sandra. **Atividades com temas transversais**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.


FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CÂMPUS <i>Salto</i></p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>	
<p>Curso: Temas Transversais</p>	
<p>Componente Curricular: Metodologia de Pesquisa II</p>	<p>Código: MP2T3</p>
<p>Ano/ Semestre: 3</p>	<p>Nº aulas semanais: 2</p>
<p>Total de aulas: 36</p>	<p>Total de horas: 30</p>
<p>EMENTA</p>	
<p>Encaminhamentos para definição do referencial teórico e reflexões sobre metodologia e as formas de análise de dados e apresentação do relatório da pesquisa.</p>	
<p>OBJETIVOS</p>	
<p>Ao final da disciplina, o estudante será capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância e as características do conhecimento científico, a sua produção e sistematização, viabilizando a realização do Trabalho de Conclusão do Curso; • Compreender o processo de construção do conhecimento como um processo histórico, alguns de seus métodos e paradigmas; • Desenvolver uma atitude investigativa científica na produção dos trabalhos; • Aprofundar-se nas técnicas de normalização e uniformização redacional presentes nos diferentes tipos de trabalhos científicos; • Identificar os diferentes momentos do processo de pesquisa, construindo e reconstruindo permanentemente o conhecimento relacionado à sua área de atuação; • Produzir artigo científico para descrição e divulgação de sua pesquisa; • Emitir análise crítica sobre os procedimentos e problemas éticos e metodológicos evidenciados na pesquisa educacional. 	
<p>CONTEUDO PROGRAMÁTICO</p>	

<p>Ciência, Ética e Sociedade na produção científica; Revisão de tipos de trabalhos científicos e redação; Definição do referencial teórico; Metodologias de pesquisa e formas de análise de dados; Desenvolvimento e apresentação do relatório de pesquisa (monografia ou artigo científico).</p>
<p>METODOLOGIA</p>
<p>Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.</p>
<p>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:</p>
<p>As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>JACOBINI, Maria Leticia de Paiva. Metodologia do Trabalho Acadêmico. 4ed. Campinas, SP: Alínea, 2011. RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 5ed. São Paulo: Loyola, 2010. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio (orgs). Estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. Cengage, 2006. ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, n 113, jul/2001, pp.51-64. ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEDBA, v 22, n 40, jul/dez, 2013, pp. 95-103. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753/526 Acesso: 02 abr 2017 MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004. CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>

	<p><i>CÂMPUS</i></p> <p><i>Salto</i></p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>	
<p>Curso: Especialização em Temas Transversais</p>	
<p>Componente curricular: Língua Brasileira de Sinais (Optativa)</p>	<p>Código: LIBT3</p>

Ano/ Semestre: 3	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 36	Total de horas: 30
EMENTA	
A disciplina apresenta o que é pertencente à cultura surda, valores, suas diversas identidades, sua língua reconhecida oficialmente - Língua Brasileira de Sinais (Libras) decretada pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 –, bem como apresenta essa língua como meio de acessibilidade e de comunicação, relevante para a inclusão em nossa sociedade.	
OBJETIVOS	
Ao final da disciplina, o estudante será capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar a Língua Brasileira de Sinais, e compreender o funcionamento da cultura e comunidade surda; • Desenvolver dinâmicas explorando a língua de sinais; • Aprimorar a expressão corporal e facial; • Compreender língua, cultura surda, identidade e história dos surdos, valorizando suas particularidades. 	
CONTEUDO PROGRAMÁTICO	
História da Língua de Sinais e sua evolução no Brasil - surdos como minoria linguística; Conceitos: Surdo, deficiente auditivo, surdo-mudo, intérprete instrutor e ouvinte; Cultura surda e comunidade surda: A diferença sobre cultura e comunidade surda; Aspectos da cultura surda e suas relações interpessoais; Anatomia do ouvido; Saúde Auditiva; Gramática: Alfabeto manual e sinais soletrados; Gramática: Saudações (cumprimentos, situação formal e informal na comunicação); Gramática: Números/numerais em Libras; Gramática: Indicadores temporais; Advérbio de tempo / dias da semana; Vocabulário relacionado com as atividades cotidianas.	
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas; seminários; trabalhos individuais e/ou coletivos; resolução de problemas; estudo de casos; debates e/ou outros a serem definidos pelo professor. Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação, conforme necessidade definida pelo professor.	
AVALIAÇÃO	
As avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, definidos pelo professor, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; autoavaliação; relatórios; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
QUADROS, Ronice M. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. FELIPE, Tânia A. Libras em contexto . Brasília Editor: MEC/SEESP Nº. Edição: 7, 2007. PERLIN, Gladis T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998. STROBEL, Karin. Cultura surda . Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Programa nacional de apoio à educação de surdos: o tradutor e interprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

CAPOVILLA, Fernando C.; RAFHAEL, Walkiria. D.; MAURÍCIO, Aline C. L. **Novo deit-libras**: dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Inep, CNPq: Capes, 2009. VOL. 1, vol. 2.

QUADROS, Ronice M. Educação de Surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. LIBRAS na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia escolar e educacional**. Vol 20, n.1, jan/abr, 2016, pp. 33-43. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n1/2175-3539-pee-20-01-00033.pdf>>. Acesso 10 jul 2017.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v.8, n.1, 2012, pp. 93-108.

11. Trabalho Final de Curso

O trabalho final do curso é um trabalho acadêmico obrigatório para todos os alunos do Curso de Especialização em Temas Transversais e será composto por um estudo desenvolvido sob uma metodologia científica a respeito de determinado tema, escolhido pelo aluno, dentro de uma linha de pesquisa de trabalho dos docentes orientadores do curso.

A elaboração do trabalho final de curso deverá ser iniciada a partir do segundo semestre do curso por meio de um projeto de pesquisa inicial, apoiado pela disciplina de Metodologia de Pesquisa I e orientada por um docente do IFSP. Sua entrega deverá ocorrer até a conclusão do curso.

Para desenvolver o TCC, o aluno poderá optar por fazê-lo em formato de monografia ou um artigo completo aceito para publicação em revista especializada, classificada no qualis periódico da Capes A ou B ou aceito em evento acadêmico com avaliação por pares, em coautoria com o professor orientador. O TCC deve ser realizado individualmente.

O trabalho final de curso terá um regulamento próprio para planejamento, acompanhamento e avaliação.

O trabalho final de curso será avaliado por meio de conceito “aprovado” ou “reprovado”. Caso o aluno não seja aprovado no trabalho final de curso, deverá ser

reorientado para adequações e apresentar novamente o trabalho para avaliação, respeitando o prazo de integralização do curso.

Todas as demais ações referentes ao trabalho final de curso deverão estar em conformidade com o disposto nos Regulamentos do IFSP.

12. Critérios de Aproveitamento de Estudos

De acordo com orientações dadas na Organização Didática e/ou Normas Acadêmicas e demais normas vigentes, sempre com respeito à LDB (Lei nº 9394/96). O Colegiado do Curso deverá avaliar cada pedido de aproveitamento de estudos de no máximo 30% de disciplinas cursadas em outras IES e verificar sua viabilidade, observando-se a característica específica do curso.

13. Avaliação do Curso

A avaliação do Curso de Especialização em Temas Transversais será realizada de acordo com as normas da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

14. Certificação

Ao aluno concluinte do curso e aprovado em todas as suas etapas, conforme definido neste projeto pedagógico, será conferido certificado de Especialista em Temas Transversais pelo IFSP conforme o disposto na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O IFSP irá cancelar o certificado, observando as condições para sua emissão e as formas de controle da documentação nos termos da resolução CNE/CES 01/2007.

O modelo de certificado está no ANEXO I.

15. Instalações e Equipamentos

15.1. Infraestrutura Física

A Infraestrutura física do Câmpus Salto é descrita no Quadro 2.

Quadro 2. Infraestrutura física do Câmpus Salto

Item		Situação prevista (Acréscimo em m ² por ano)				Total em 2018 (m ²)
Descrição	Qtde.	2015	2016	2017	2018	
Almoxarifado e Sala da Coord. de Patrimônio, Almoxarifado e Manutenção,	1	48,00	0	0	0	48,00
Ambulatório	0	0	0	0	0	0
Arquivo	1	4,36	0	0	0	4,36
Auditório	1	133,40	0	0	0	133,40
Banheiros	19	229,60	0	0	0	229,60
Biblioteca	1	106,70	0	0	0	106,70
Cantina	1	49,06	0	0	0	49,06
Coord. e Núcleo Pedagógico	1	47,00	0	0	0	47,00
Coord. Tecnologia da Informação e oficina de manutenção de informática.	1	36,67	0	0	0	36,67
Copa	1	12,11	0	0	0	12,11
Depósitos (limpeza, materiais, inservíveis)	3	52,00	0	0	0	52,00
Estacionamento	1	798,50	0	0	0	798,50
Instalações Administrativa	7	161,30	0	0	0	161,30
Laboratórios da Área da Indústria.	6	339,10	0	0	0	339,10
Laboratórios de Informática	5	282,00	0	0	0	282,00
Salas de Aula	8	444,32	0	0	0	444,32
Sala de Docentes e Coordenadoria de Cursos (conjunto)	1	78,40	0	0	0	78,40
Secretária	1	34,2	0	0	0	34,20
Vestiários	2	29,79	0	0	0	29,79
Outras Áreas (jardim interno, escadas, rampas, corredores etc.)	-	1617,03				1617,03
Total de Área Construída (subtraído estacionamento)	-	3305,04	0	0	0	3305,04

15.2. Acessibilidade

O Câmpus Salto do IFSP tem conhecimento da legislação vigente sobre acessibilidade, a saber:

- 1- Decreto nº 5.296/2004 – sobre as condições de acesso aos deficientes;
- 2- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 – prioriza atendimento às pessoas que especifica;

- 3- Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Porém, é importante ressaltar que o prédio do Câmpus Salto conta com 02 banheiros, localizados no piso térreo da Instituição e que estão adaptados para alunos cadeirantes. As demais instalações do prédio ainda não foram adaptadas para receber alunos com deficiência, embora haja rampas de acesso aos andares superiores.

15.3. Laboratórios de Informática

Os equipamentos disponíveis no laboratório de informática estão indicados no Quadro 3.

Quadro 3. Equipamentos dos Laboratórios de Informática do Câmpus Salto

Item	Descrição	Qtde.
Computador	Diversos modelos, para atividades de ensino e administrativas	250
Copiadora	Diversos modelos, marcas: Brother, HP, Lexmark e Samsung	9
Impressora	Diversos modelos, para atividades de ensino e administrativas, marcas: Brother, HP, Lexmark e Samsung	9
Lousa eletrônica	Consideradas as lousas instaladas em sala	5
Notebook	Diversos modelos, para atividades de ensino e administrativas, marcas: Itautec e HP	17
Projektor multimídia	Marcas Epson, NEC e PROINFO (computador interativo e lousa digital -MEC)	26
Rede	Pontos de Acesso Wireless	12
Roteador	-	-
Scanner	Diversos modelos, para atividades administrativas, marcas: Brother, HP, Lexmark e Samsung	9
Servidor	Marcas: DELL, IBM e HP	8
Switch	Marcas: HP e D-LINK	22
Televisor	50 polegadas	1
Outros	Sistema completo para vídeo conferência	1

15.4. Biblioteca

A biblioteca do Câmpus Salto conta com dois Bibliotecários e duas Auxiliares de Biblioteca. Possui o seguinte acervo distribuído por área de conhecimento:

Quadro 4. Distribuição do acervo da biblioteca.¹⁵

Livros			
	Acervos	Exemplares	Material Adicional
Ciências Exatas e da Terra	351	1814	8
Ciências Biológicas	7	11	0
Engenharias	191	10	18
Ciências da Saúde	5	5	0
Ciências Sociais Aplicadas	200	835	0
Ciências Humanas	150	277	0
Linguísticas, Letras e Artes	413	628	10
Total de Livros	1317	4588	18
CD-ROM			
Ciências Exatas e da Terra	1	4	0
Ciências Sociais Aplicadas	1	7	0
Total de CDs-ROM	2	11	0
Referência			
Ciências Humanas	6	6	0
Linguísticas, Letras e Artes	12	17	0
Total Referência	18	23	0
Total Salto	1337	4622	18

Temos na biblioteca do câmpus de Salto 112 títulos de periódicos nacionais e 14 títulos de periódicos internacionais.

O IFSP – câmpus Salto também tem acesso ao portal de periódicos da CAPES. O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 37 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Os títulos selecionados para as bibliografias das disciplinas foram todos checados no acervo da Biblioteca de Salto. Muitos deles não se encontram na Biblioteca, por isso, optamos por colocá-los com intenção de compra de modo a atender às necessidades do curso de pós-graduação em questão, bem como enriquecer nossa biblioteca.

¹⁵ Estatísticas fornecidas pelo relatório da Biblioteca do Câmpus Salto.

Em seu espaço físico, a biblioteca oferece 30 assentos, onde os usuários podem realizar suas atividades de estudo e leitura. Oferece consulta local de livros, teses e periódicos, além do serviço de referência, que consiste no auxílio à busca da informação pelo usuário e orientação quanto ao uso dos recursos informacionais e operacionais disponíveis na biblioteca. Funciona de segunda-feira a quinta-feira, das 8h às 21h e sexta-feira das 8h às 20h.

Permite aos usuários o empréstimo domiciliar de livros, periódicos, CDs e DVDs por meio de um sistema de empréstimo informatizado. Com este sistema, é possível efetuar o empréstimo, renovação e reserva dos materiais bibliográficos através do Sistema Pergamum. Todos os alunos regularmente matriculados, professores e servidores técnico-administrativos do Câmpus Salto estão previamente habilitados a utilizar os serviços disponíveis na biblioteca. Para tanto, faz-se necessária a apresentação do crachá de identificação estudantil ou funcional.

Para a comunidade externa, é necessário trazer RG e um comprovante de residência para o cadastro no sistema de empréstimo.

A Biblioteca disponibiliza 11 microcomputadores interligados à Internet e com recursos multimídia, possibilitando ao usuário ampliar suas fontes e recursos de pesquisa. Estes têm acesso ao portal CAPES que disponibiliza diversos periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento. É destinada à comunidade interna e externa, devendo o interessado dirigir-se ao balcão de atendimento para solicitar autorização. Para os alunos, será solicitado o crachá de identificação estudantil, para os servidores técnico-administrativos, o crachá funcional e para os usuários da comunidade externa, um documento oficial com foto, preferencialmente RG.

15.4.1. Serviços Prestados

Os serviços prestados pela biblioteca do Câmpus Salto são os seguintes:

- a) Empréstimo domiciliar de itens do acervo à comunidade interna e consulta local ao acervo pela comunidade externa;
- b) Levantamento bibliográfico em assuntos especializados;
- c) Acesso à internet;
- d) Elaboração de ficha catalográfica;
- e) Orientação para normalização bibliográfica e uso de normas técnicas;

- f) Acesso às bases de dados online especializada nas diversas áreas do conhecimento;
- g) Acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ao Portal de Periódicos da CAPES;
- h) Equipamentos de Acessibilidade.

16. Corpo Técnico-Administrativo e Pedagógico

O Câmpus Salto conta os servidores técnico- administrativos descritos no Quadro 5.

Quadro 5. Servidores Técnico-Administrativo do Câmpus Salto

Nome do Servidor	Formação	Cargo/Função
ADRIELE DALPINO CONESSA	Superior completo	Bibliotecária / documentalista
AGUIMAR PEREIRA DOS SANTOS	Ensino Médio	Assistente de Alunos
ALEXSANDER WILSON MANZANO	Superior completo	Contador
ALINE ROSA PIERONI	Superior completo	Assistente em Administração
ALISSA LEGOROFF DE ALMEIDA	Superior completo	Assistente em Administração
ANDRÉ SANTOS LUIGI	Superior completo	Técnico em Assuntos Educacionais
ANDRESSA BENEDETTI TROPALDE	Superior completo	Auxiliar de Biblioteca
CARLOS ALBERTO MELO PIAZENTIN	Superior completo	Técnico em Contabilidade
CARLOS ROBERTO FEITOZA DE MELO	Superior completo	Técnico de Tecnologia da Informação
CLAUDIA GARDINALLI MAIA	Ensino Médio	Auxiliar em Administração
CRISTIANE DELEGA DA SILVA	Superior completo	Assistente em Administração
DAMITO SANCHES SIGALAS DAMEÃO DA SILVA	Superior completo	Assistente de alunos
DANIEL ALVES MARINHO E SOUZA	Ensino Médio	Assistente em Administração
DAISY DE FÁTIMA DO AMARAL ARISTIDES	Superior completo	Assistente em Administração
DENISE DE OLIVEIRA LEGOROFF	Superior completo	Assistente em Administração
FELIPE GUSTAVO LEITE CORDEIRO	Ensino Médio	Assistente em Administração

FERNANDA DE MORAES NOGUEIRA	Superior completo	Assistente em Administração
FERNANDA ROMANEZI DA SILVEIRA	Mestrado	Pedagoga
GRAFIR LEITE JÚNIOR	Ensino Médio	Assistente em Administração
KARINA CRISTIANE BELZ GARCIA	Mestrado	Pedagoga
LILIAN TERUKO FUKUHARA	Ensino médio	Assistente em Administração
LUCAS ALVES DE ANDRADE	Superior completo	Técnico de Tecnologia da Informação
LUCAS BOGONI	Superior completo	Técnico em Assuntos Educacionais
LUCIANA MARTINS DE SOUZA CASELATO GUIMARÃES	Superior completo	Psicóloga
LUCIANO TOLEDO DE BARROS	Ensino Médio	Assistente de Alunos
MARCELO BARIANI ANDRADE	Superior completo	Técnico em Tecnologia da Informação
MARCIO BALBINO DA SILVA	Superior completo	Bibliotecário / documentalista
MARCOS PAULO CORREA MIGUEL	Ensino Médio	Assistente de Alunos
MAYARA GOMES CADETTE	Superior completo	Assistente social
MIRIAM DE ALMEIDA TALGE	Superior completo	Administrador
NAYARI MARIE LESSA	Ensino Médio	Técnico em Laboratório-Elétrica
NELSON ESTEVES DOS REIS JUNIOR	Superior completo	Técnico em Assuntos Educacionais
RÉGIS EDUARDO SUDA	Ensino Médio	Assistente em Administração
RENATA MACIEL PORTES	Superior completo	Assistente em Administração
SERGIO CRUCELLO NETO	Superior completo	Técnico em Tecnologia da Informação
SOLANGE FLORIANO PENTEADO COSTA	Superior completo	Assistente em Administração
THIAGO DA SILVA BICALHO	Superior completo	Assistente em Administração
THIAGO DE OLIVEIRA MOYSÉS	Ensino Médio	Técnico em Laboratório – Informática
WELLINGTON ROMÃO DOS SANTOS	Ensino Médio	Assistente em Administração
WILLIANA ANGELO DA SILVA	Superior completo	Assistente Social

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais:*

apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 26.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília: 1971.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Brasília: 1961.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Brasília: DOU, Seção 1, p. 3009, de 17 de fevereiro de 1959.

BRASIL. Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília: DOU, Seção 1, p. 8554, de 24 de agosto de 1965.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: DOU, Seção 1, p. 1, de 30 de dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da

educação e Saúde Pública. Brasília: DOU, Seção 1, p. 1210, de 15 de janeiro de 1937.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Brasília: DOU, Seção 1, p. 1997, de 9 de fevereiro de 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1946. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.435,40, para pagamento de gratificação. Brasília: DOU, Seção 1, p. 702, de 16 de janeiro de 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília: DOU, Seção 1, p. 2957, de 27 de fevereiro de 1942.

BRASIL. Decreto 2208/96. Reorganiza as Escolas de Machinistas Navaes da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Coleção de Leis do Brasil - 1895, Página 699 Vol. 1 pt. II.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília: DOU, Seção 1, p. 6975, de 26 de setembro de 1909.

BRASIL. Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934. Transforma a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências. Brasília: DOU, Seção 1, p. 15538, de 28 de julho de 1934.

BRASIL. Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942. Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino industrial. Brasília: DOU, Seção 1, p. 2749, de 24 de fevereiro de 1942.

BRASIL. Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946. Amplia a ação didática das Escolas Técnicas de Manaus, Salvador e São Paulo. Brasília: DOU, Seção 1, p. 2438, de 16 de fevereiro de 1946.

BRASIL. Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946. Amplia a didática da Escola

Técnica de São Paulo. Brasília: DOU, Seção 1, p. 11685, de 14 de agosto de 1946.

BRASIL. Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963. Altera o Regulamento do Ensino industrial, aprovado pelo Decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos de nºs 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49304, de 21 de novembro de 1960, 615, de 20 de fevereiro de 1962 e 52.212, de 2 de julho de 1963. Brasília: DOU, Seção 1, p. 9672, de 18 de novembro de 1963.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO. Brasil, 2004.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.

Fundação SEADE. Disponível em <www.seade.gov.br>. Acesso em 25 mar. 2017.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GROPPIA AQUINO, Júlio. Apresentação. In: _____. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p.7-21.

Instituições de Ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/index_escolas.asp>. Acesso 16 mar 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 25 mar 2017.

MATIAS, Carlos Roberto. **Reforma da educação profissional**: implicações da unidade – Sertãozinho do CEFET-SP. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, São Paulo, 2004.

PINTO, G. T. **Oitenta e dois anos depois**: relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São

Paulo. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.

ANEXO I

MODELO DE CERTIFICADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de São Paulo



CERTIFICADO

*O Diretor Geral do câmpus XXXXXXXXXXXXXXXX
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo,
no uso de suas atribuições certifica que*

NOME ALUNO

*nacionalidade brasileira, natural do Estado de XXXX, nascido(a) em xx de xxxxxxxx de xxxxx,
RG xx.xxx.xxx-x, SSP-XX, concluiu com aproveitamento e frequência o Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em nível de ESPECIALIZAÇÃO EM TEMAS
TRANSVERSAIS - Área de Conhecimento: EDUCAÇÃO, em xx de xxxxxxxx de xxxxx,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor-Geral do Câmpus

Nome Aluno

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, autorizado pela Resolução nº _____, de ___/___/_____, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Certificado expedido pela Coordenadoria de Registros Escolares de Pós-Graduação, do **Câmpus XXXXX**, SP, em.....

Nome da coordenadora
Coordenadora de Registros Escolares de Pós-Graduação